

28º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá a duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** da prova objetiva e a transcrição das respostas para o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** da prova discursiva.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente este **caderno** que contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C,D), e 03 (três) questões discursivas, distribuídas da seguinte forma:

QUESTÕES OBJETIVAS	
Direito Civil	de 01 a 08
Direito Constitucional	de 09 a 16
Direito Processual Civil	de 17 a 20

QUESTÕES DISCURSIVAS	
1ª	Direito Civil
2ª	Direito Constitucional
3ª	Direito Processual Civil

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **cartão-resposta** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica;
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**:
 - considere o **número máximo** de linhas definido para cada questão discursiva;
 - será eliminado o candidato que inserir seu **nome** ou **assinatura** em qualquer parte do **caderno**, ou qualquer outro sinal fora da área própria para preenchimento;
 - ao terminar a transcrição para o caderno definitivo **destaque o canhoto**, ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
5. Não haverá substituição parcial ou integral do **CARTÃO-RESPOSTA** ou do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, por erro do candidato.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: bíp, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor;
7. O **telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova, **até a retirada do candidato do respectivo local**;
8. **Somente** após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato **poderá** entregar o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** e **retirar-se** do recinto de realização da prova .
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e os **CADERNOS DE RESPOSTAS DEFINITIVOS**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
10. O **fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções**.
11. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br> .

DIREITO CIVIL

- 01.** João adquiriu um veículo importado à prestação, com preço vinculado ao dólar. Após a terceira prestação, a cotação do dólar sofreu uma elevação de 70% (setenta por cento). Nos termos da lei civil, tal circunstância poderia caracterizar:
- (A) lesão
(B) erro
(C) causa de revisão contratual
(D) estado de perigo
- 02.** Pratica fraude contra credores o devedor que:
- (A) aliena seu patrimônio a terceiro, sem aquiescência dos seus credores
(B) diminui seu patrimônio, tornando-se incapaz de satisfazer seus credores
(C) aliena seu patrimônio no curso de lide contra ele proposta fundada em direito real
(D) aliena bem de seu patrimônio por preço superior ao de mercado, a fim de afastar credor preferente
- 03.** A autorização de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode se dar por:
- (A) lei
(B) decreto do Chefe do Poder Executivo
(C) resolução da autoridade competente
(D) instrução normativa
- 04.** O poder jurídico conferido pelo ordenamento a determinada pessoa para que aja ou exija de outrem uma ação comissiva ou omissiva e com objeto específico é denominado:
- (A) direito objetivo
(B) direito adquirido
(C) direito positivo
(D) direito subjetivo
- 05.** Quanto à destinação, os bens públicos podem ser classificados em:
- (A) de uso comum do povo, dominicais e exclusivos
(B) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais
(C) de uso comum do povo, de uso especial e reservados
(D) de uso especial, de uso extraordinário e dominicais
- 06.** Considera-se domicílio da pessoa natural:
- (A) o local onde for encontrada
(B) o local onde exerce sua atividade profissional
(C) o local onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo
(D) o local onde é habitualmente encontrada

- 07.** Interrompe a prescrição:
- (A) as férias forenses
(B) os dias santos e os feriados nacionais
(C) a decadência do direito de ação
(D) a citação pessoal do devedor, feita por juiz incompetente
- 08.** Não se admite(m), no direito brasileiro:
- (A) a acessão física
(B) a acessão intelectual
(C) benfeitoria voluntária
(D) pertencas móveis

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 09.** Acerca do processo legislativo, é correto afirmar que:
- (A) Constitui iniciativa privativa do Prefeito matéria orçamentária.
(B) Iniciativa comum é a proposição normativa que possa ser apresentada por qualquer membro do Poder Legislativo.
(C) É possível, segundo a jurisprudência do STF, a interpretação ampliativa dos casos de iniciativa reservada.
(D) Compete ao Poder Legislativo fixar prazo para o exercício de iniciativa privativa do chefe do Executivo.
- 10.** Acerca do processo legislativo, é correto afirmar que:
- (A) A sanção do projeto de lei convalida o defeito de iniciativa.
(B) O veto é irretroatável, salvo se a retratabilidade ocorrer antes do decurso do prazo constitucionalmente previsto para sua comunicação ao Poder Legislativo.
(C) Não se aplica o regime de urgência a projeto de código.
(D) A promulgação fixa o momento da vigência da lei.
- 11.** A proposta de emenda constitucional, depois de aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, deve ser:
- (A) promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional
(B) promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado
(C) promulgada pelo Presidente do Senado
(D) sancionada e promulgada pelo Presidente da República
- 12.** A República Federativa do Brasil tem como forma de Estado o:
- (A) Estado federal
(B) Estado democrático de direito
(C) Estado unitário
(D) Estado Republicano

13. Quanto à hierarquia das normas jurídicas, a assertiva **incorreta** é:
- (A) A lei ordinária prevalece sobre o decreto.
 (B) A lei complementar é superior à lei ordinária.
 (C) O decreto prevalece sobre a resolução ministerial.
 (D) A norma constitucional originária prevalece sobre os tratados internacionais.
14. A Constituição da República Federativa do Brasil é:
- (A) imutável
 (B) flexível
 (C) inorgânica
 (D) rígida
15. É incabível a interposição de recurso extraordinário quando a decisão recorrida:
- (A) julgar válida lei local contestada em face da Constituição
 (B) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal
 (C) declarar a inconstitucionalidade de lei local
 (D) contrariar dispositivo da Constituição
16. São estáveis:
- (A) os servidores nomeados através de seleção em concurso público para cargo de provimento efetivo
 (B) após três anos de exercício, os servidores nomeados através de seleção em concurso público para cargo de provimento efetivo
 (C) após três anos de exercício, os servidores nomeados através de seleção em concurso público para cargo de provimento efetivo e/ou temporário
 (D) após quatro anos de exercício, os servidores nomeados para cargo em comissão

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Não tem fé pública:
- (A) o oficial de justiça
 (B) o avaliador judicial
 (C) o juiz
 (D) o escrivão
18. No processo de conhecimento, **não** é modalidade de resposta do réu:
- (A) exceção de pré-executividade
 (B) contestação
 (C) reconvenção
 (D) exceção de incompetência
19. Com relação à citação, é correto afirmar que:
- (A) Quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor.
 (B) Será feita pelo correio quando o réu for pessoa incapaz ou pessoa de direito público.
 (C) Estando o réu ausente, será feita na pessoa do porteiro do prédio.
 (D) Sua falta é suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.
20. É cabível a interposição de agravo retido:
- (A) contra decisão interlocutória passível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação
 (B) contra decisão interlocutória proferida em audiência
 (C) contra sentença que extinguir o feito sem julgamento de mérito
 (D) contra decisão que inadmitir a apelação

QUESTÕES DISCURSIVAS**1ª QUESTÃO: (DIREITO CIVIL)**

Aponte ao menos dois tipos de pessoas jurídicas de direito privado previstos pelo legislador civil, discorrendo, brevemente, sobre cada um deles, em um texto de, no máximo, 10 linhas. (30 pontos)

2ª QUESTÃO: (DIREITO CONSTITUCIONAL)

É cabível o ajuizamento de ação popular com o objetivo de condenar o Município a realizar obra de saneamento básico? Explique por quê, em um texto de, no máximo, 10 linhas. (40 pontos)

3ª QUESTÃO: (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

Enumere dois princípios fundamentais dos recursos previstos no Código de Processo Civil, discorrendo brevemente sobre eles em um texto de, no máximo, 10 linhas. (30 pontos)

